

**REPRESENTAÇÃO E INTERCOMPREENSÃO LINGÜÍSTICA:
BASES PARA UMA POLÍTICA LINGÜÍSTICA NA
FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA**

Telma Pereira (PUC-Rio)

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como foco de investigação a região de fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa e suas respectivas ações em termos de políticas lingüísticas. A análise presente baseia-se em dados levantados durante um trabalho de campo nas cidades do Oiapoque (AP) e Saint-Georges (Guiana Francesa)¹. No lado brasileiro, entrevistamos trabalhadores - 137 adultos, divididos em diferentes categorias profissionais representativas das atividades econômicas da região - e estudantes do município; em ambos lados da fronteira, representantes políticos também foram entrevistados. A escolha do primeiro grupo de entrevistados reside no fato de que o mesmo representa quantitativamente uma tendência local, qual seja, a de atrair pessoas de outros estados do Brasil, sobretudo do norte do país, para trabalhar na região e mesmo migrar para o lado francês. Tal fato explica a expansão demográfica nos últimos anos (2007: 19.181; em 1996: 9820 habitantes. IBGE, 2007)

A fronteira Norte do Brasil é uma região fortemente plurilíngüe onde fatores como representação e intercompreensão têm sido aliados para a implementação de políticas lingüísticas locais, algumas de caráter *in vivo*, para a promoção do francês do lado brasileiro. A convivência dos moradores com falantes de diferentes línguas (português, francês, crioulo e línguas indígenas), favorece o aprendizado não formal de algumas dessas línguas e indica uma representação bastante favorável em relação às mesmas.

A intercompreensão se opera progressivamente através da dissociação das competências no processo de formação e pela atitude comparativa que se forma a partir da experiência dos falantes no processo de aquisição de uma língua.

Para o trabalho de campo recorremos a uma metodologia de base etnográfica que permitisse uma abordagem das relações lingüísticas em seu contexto social, lançando mão de instrumentos, tais como: questionários, observações *in loco*, entrevistas.

¹ Este trabalho de campo teve o apoio do CNPq e foi realizado com a participação do Professor Louis-Jean Calvet (Université de Provence) e dos estudantes Marilúcia Marques, Daniela Conceição, Fabrício Branco e Fabrício Mota, da PUC-Rio.

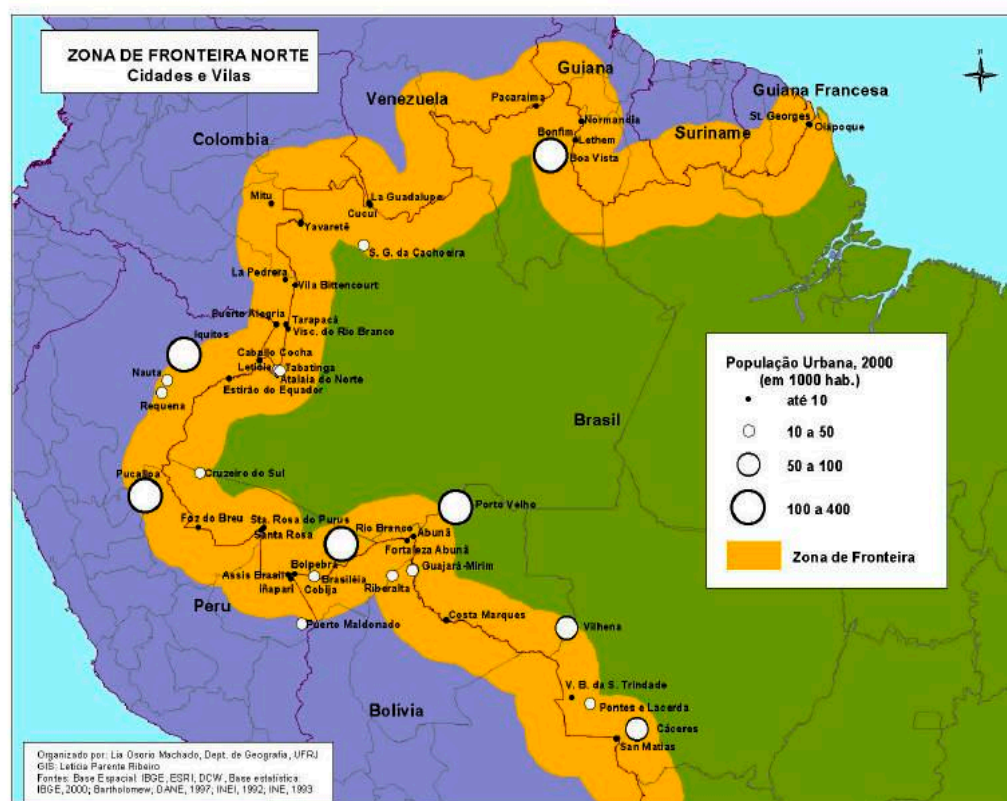


Figura 1: Localização da fronteira franco-brasileira (Fonte: IGEO/UFRJ)

1 OIAPOQUE E SAINT-GEORGES E A LÍNGUAS EM CONTATO

O espaço físico que constitui hoje o Oiapoque permaneceu durante quase duzentos anos, desde o Tratado de Utrecht em 1713 até o Tribunal Arbitral de Berna em 1900, como uma zona de limites litigiosa sem a possibilidade do exercício da soberania nacional pelos seus dois contendores: Portugal e depois Brasil e, do outro lado, a França. O município foi criado em 23 de maio de 1945 está situado a 566 Km da capital do Estado do Amapá. O rio Oiapoque marca a separação entre o município brasileiro e a Guiana Francesa, constituindo um espaço de contato de diferentes migrações.

O Município de Oiapoque foi criado pela Lei no 7.578, em 23 de maio de 1945, está localizado ao norte do estado do Amapá, a 590 km da Capital Macapá, e se liga a esta principalmente por via terrestre (BR 156) e marítima. Com três distritos: Oiapoque, Clevelândia e Vila Velha. Limita-se com os municípios: Oiapoque, Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Guiana Francesa. A cidade de Oiapoque era uma aldeia dos índios Oiampis, que após debandarem em direção a Serra do Tumucumaque, foram construídas e ocupadas por guinenses e antilhanos, que a denominaram de Martinica, devido o líder dessa possessão ser francês. Posteriormente, conforme sugestão do Marechal Cândido Mariano Rondon, passou a ser chamada de "Vila do Espírito Santo". E só em 23 de maio de 1945, foi criado o município como o nome definitivo de Oiapoque.

Do Oiapoque até Saint Georges, utiliza-se o transporte de catraia que leva entre 10 a 15 minutos para fazer a travessia. A circulação fluvial é responsável por uma pequena parte do movimento migratório do Brasil em direção à Guiana, movimento este que começou a se acentuar a partir de dois fatores convergentes: a crise econômica brasileira no final dos anos 80 e a construção da base espacial de Kourou, dentro do programa europeu Ariane. Na Guiana havia uma falta de mão de obra, e no Brasil falta de oferta de emprego: estavam criadas as condições ideais para a imigração, legal e ilegal.

O sociólogo Ronaldo Arouck descreve este processo como a primeira onda de um nível econômico muito baixo e semi-analfabetos, oriundos da região amazônica, seguida de uma segunda onda de pessoas de classe média, provenientes de outras regiões do Brasil. Os primeiros queriam sobreviver, os segundos queriam ganhar em alguns anos o bastante para retornar ao Brasil, comprar uma casa, um carro e abrir um negócio. Observamos assim que a presença constante de brasileiros na Guiana Francesa não é recente, porém, há pelo menos três décadas tem aumentado de forma exponencial. Atualmente, novos elementos devem ser considerados no que diz respeito a emigrações de brasileiros para a Guiana Francesa, dentre eles: a importância do euro e o constante fluxo em direção de garimpos franceses.

Dos 19.181 (IBGE, 2007) habitantes do Oiapoque, cerca de 5mil são indígenas, distribuídos nos grupos indígenas Karipuna, Galibi, Galibi Marworno e Palikur. Estes grupos estão concentrado nas 36 aldeias e localidades adjacentes, nas terras indígenas Uaçá, Galibi e Juminã, ao longo da estrada BR-156. Além das línguas indígenas Galibi e Palikur, utilizam o patuá como língua comum, o português para comunicação com a população brasileira e o francês com os aqueles que moram na Guiana Francesa.

Dos quatro povos indígenas da região, apenas os Palikur e os Galibi do Oiapoque possuem uma língua própria; os outros dois têm o patuá como língua nativa. Os Galibi-Marwono são constituídos por uma população que tem além de índios (Aruã, Galibi, Itoutan, Maraon, Karipuna e palikur), não-índios (brasileiros, chineses e árabes) e cujo processo de adoção do patuá deu-se pela perda das línguas nativas dos povos, que foram historicamente se fundindo até formar uma única etnia. Os Karipuna, povo que se formou como etnia a partir do século XIX, e ao qual não se atribuiu uma origem indígena anterior ao período da invasão européia, adotaram o patuá como traço distintivo de sua identidade indígena.

A maioria dos entrevistados no Oiapoque tem como língua materna o português, porém há casos em que outras línguas maternas são mencionadas. Quanto ao aprendizado de línguas estrangeiras, em particular o francês do lado brasileiro, dá-se, sobretudo, através da *convivência* (palavra muitas vezes repetidas pelas pessoas com as quais conversamos), e não através de estudos formais.

No Oiapoque, o ensino bilíngüe concentra-se nas aldeias indígenas da região, como prevê a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que garante às populações o direito a uma educação escolar “específica e diferenciada, intercultural e bilíngüe”. Neste caso, o português é geralmente aprendido como segunda língua; quando os jovens indígenas da região decidem seguir seus estudos eles o fazem fora da aldeia, na escola estadual Joaquim Nabuco, a única do município a oferecer o segundo segmento do ensino fundamental e o ensino médio. Na escola, a primeira língua é o português; e o francês aparece como língua estrangeira. Um jovem índio, a partir da 5ª série, estuda o português como primeira língua (L1) e o francês como língua estrangeira (LE).

Em termos de interações lingüísticas, os habitantes do Oiapoque utilizam na cidade o português, o francês, o crioulo e o patuá (observado em interações no mercado central da cidade). Em termos econômicos, os cidadãos têm um interesse maior em estabelecer relações com os detentores do euro. Neste sentido, encontramos uma explicação para o número elevado de açougues (muitos guianenses compram ilegalmente carne brasileira no Oiapoque) e de hotéis (que servem também aos garimpeiros ilegais brasileiros em trânsito).

Ainda na cidade, observamos que alguns índios vêm em grupo fazer compras nos mercados acompanhados de um tradutor. TASSINARI (2003), descreve uma assembléia dos povos indígenas, realizada em 1993, na qual as línguas utilizadas nas discussões revelam a dinâmica entre identificação e oposição dos grupos participantes. A assembléia tem sua abertura, apresentação dos convidados e dos temas em pauta toda realizada em português. Os assuntos geralmente são tratados nessa língua, principalmente porque pretendem apresentar reivindicações aos não-índios presentes. Mas, quando os caciques são chamados a discursar um a um, preferem fazê-lo em sua língua materna, solicitando um tradutor dentre os que fazem parte da mesa. Os caciques discursam, assim, para aqueles a quem lideram, reforçando a seu laço com a comunidade mais do que a atividade política extra-aldeia.

Se pensarmos nas interações de cunho religioso, a principal igreja do Oiapoque é católica. No entanto, do outro lado do rio, em Ville Espérance, comunidade de índios Palikur de Saint Georges, observamos um culto em uma igreja evangélica no qual o pastor (brasileiro) abre a cerimônia religiosa em português, em seguida são cantadas em palikur, e o pastor profere o sermão em português...

A marcação lingüística que observamos nas fachadas dos estabelecimentos comerciais do Oiapoque, e também em algumas placas públicas, vai ao encontro do conceito da estratégia da condescendência proposto por BOUDIEU (2001) no qual a mensagem é: estamos entre nós; eu falo como vocês, ilustrando dessa maneira como a troca lingüística também é uma troca econômica. A língua francesa é exibida no Oiapoque como um convite à troca econômica com aqueles que cruzam a fronteira para gastar euros no lado brasileiro, marcando assim sua presença simbólica. A recíproca não é evidentemente verdadeira: a marcação lingüística em Saint-Georges é predominantemente em francês ou créole. Se a migração tem sido uma via de mão única (Brasil Guiana), as trocas comerciais nem tanto. A primeira é reprimida no lado francês; a segunda é bem acolhida no lado brasileiro.

Quanto à Guiana Francesa, trata-se de um território que se estende por uma superfície de 91.000 km², dos quais quase 700 km fazem fronteira com o Brasil, dividindo as águas do rio Oiapoque com o estado do Amapá. A chegada do Império colonial francês nessas terras amazônicas se deu em 1604 e a Guiana viveu sob o estatuto de colônia até 1946. Nessa data, a chamada ‘lei de assimilação’ a transforma em Departamento Ultramar da República Francesa, juntamente com as ilhas da Martinica, de Guadalupe – nas Antilhas – e a da Reunião, no oceânico Índico. Os habitantes coloniais guianenses ganham o estatuto de cidadãos franceses e a Guiana, território nacional francês. A França. Ao contrário do Brasil, não oferece nenhum tratamento diferenciado à população indígena local. Os índios com os quais tivemos contato em Saint-Georges recebem, por exemplo, uma espécie de salário família (gasto muitas vezes nos bares locais), e são adeptos de igrejas evangélicas, onde os cultos costumam ser na maior parte do tempo em português com alternâncias para o palikur. É comum o casamento entre índios palikur de Saint-Georges com brasileiros (estes últimos adquirem assim a nacionalidade francesa e seus respectivos benefícios).

Enquanto o projeto da ponte ligando as duas localidades fronteiriças não estiver concluído, o controle de entrada neste departamento ultramarino francês é realizado na cidade de Regina, mais próxima da capital Caiena. Pode-se observar que o dinamismo das línguas em contato nesta região (Quadro 1) faz com que os habitantes apresentem um leque de opções lingüísticas bastante rico quando interrogados sobre suas representações lingüísticas. Nossas análises preliminares à respeito das representações lingüísticas apontam primeiramente o desejo dos moradores em aprender formalmente o francês em razão, sobretudo, de sua “utilidade”. Entretanto, no caso da política lingüística do Mercosul, as línguas espanhola e portuguesa foram estabelecidas como línguas oficiais deste bloco, medidas que de antemão já favorecem as regiões de fronteira com países de língua espanhola que fazem fronteiras com o Brasil. Neste trabalho propomos uma reflexão sobre as motivações quando da elaboração de uma política lingüística e o peso que determinadas especificidades regionais podem ter nesta elaboração, atentando para o fato que elas podem contribuir para a manutenção da diversidade lingüística de uma dada região.

<u>Oiapoque</u>	<u>Saint-Georges</u>
Português	Português
Francês	Francês
Palikur	Palikur
Patoá (Kheuól)	Crioulo
Galibi	Saramaka/taki-taki

Quadro 1: Síntese das línguas em contato na fronteira franco-brasileira (adaptado de Calvet, 2008)

2 REPRESENTAÇÃO LINGÜÍSTICA E PRÁTICAS LINGÜÍSTICAS

O conceito de representação foi desenvolvido na psicologia social, mas já faz parte de abordagens de estudos sociológicos, antropológicos e lingüísticos. Trata-se de uma forma de conhecimento socialmente compartilhado, baseado no senso comum, sendo uma maneira de interpretar a realidade cotidiana.

Bourdieu (1987: 68), tratando das representações, afirma que « *Ce que nous considérons comme la réalité sociale est pour une grande part représentation ou produit de la représentation, en tous les sens du terme* ». As representações fazem parte da construção identitária dos sujeitos, da relação com os outros e participam da construção do conhecimento. Ela põe em evidência os traços que um grupo acha mais pertinente na formação de sua identidade, aí reside sua importância na formulação de uma política lingüística. A representação de uma língua está associada à forma (como as pessoas falam ou como deve se falar), ao status (o que deve se falar) e a sua função identitária em uma determinada comunidade. Em termos de política lingüística, o planejamento de ações e de seu respectivo êxito está associado à prática social e ao valor que os falantes atribuem às línguas. Por esta razão, o desaparecimento de uma língua pode estar menos associado à dominação de uma outra língua que às escolhas feitas pelos falantes em termos de que línguas vão transmitir aos filhos.

Quando caminhamos pelas ruas do Oiapoque, podemos observar na prática social uma política em curso para a promoção da língua francesa, tanto por parte daqueles que nos abordam oferecendo seus serviços (catraieiros, mototaxistas, restaurantes, etc), no ambiente lingüístico, como por parte das autoridades locais que vêm no ensino do francês um fator de desenvolvimento regional. Não podemos inferir pretensões identitárias em tal prática, uma vez que, com exceção dos povos indígenas, grande parte da população do Oiapoque vem de diferentes regiões do Brasil para fazer a vida na região. Se nos propusermos a uma leitura semiológica da cidade através de sua marcação lingüística observaremos que, depois do português, o francês é a língua que se destaca na marcação lingüística do espaço urbano (fotos 1, 2,3).



Foto 1: Fachada de uma farmácia no Oiapoque



Foto 2: Comércio de frutas no Oiapoque



Foto 3: Placa à beira do rio no Oiapoque

A marcação observada vai ao encontro daquilo que Bourdieu (2001) chama de estratégia de condescendência: *estamos entre nós; eu falo como vocês*, para ilustrar que a troca lingüística também é uma troca econômica. A língua francesa é exibida sobre as fachadas dos estabelecimentos comerciais do Oiapoque como um convite à troca econômica com aqueles que cruzam a fronteira para gastar euros no lado brasileiro, marcando assim sua presença simbólica. A recíproca não é evidentemente verdadeira: a marcação lingüística em Saint-Georges é predominantemente em francês ou créole. Se a migração tem sido uma via de mão única (Brasil Guiana), as trocas comerciais nem tanto. A primeira é reprimida no lado francês; a segunda é bem acolhida no lado brasileiro. Abaixo, temos a representação da língua considerada como a mais útil pelos sujeitos entrevistados no município do Oiapoque:

Língua	Oiapoque
Francês	37,1%
Português	30/%
Inglês	24,4%
Espanhol	15%
Patoá/Palikur/Crioulo	1%

Quadro 2: Representação da língua considerada como mais útil

3 POLÍTICA LINGÜÍSTICA EM CONTATO NA FRONTEIRA: DA CONVIVÊNCIA À INTERCOMPREENSÃO

Não é difícil observar na região entre o Oiapoque e Saint Georges as diferenças entre as políticas linguísticas do Brasil e da França. A diferença mais evidente diz respeito a manutenção das línguas indígenas. No Oiapoque a presença da FUNAI se faz bastante operante: não é possível entrar em uma aldeia sem uma autorização prévia; há um hospital para a comunidade indígena, um museu (Museu Kuahí) cujo objetivo é integrar as atividades culturais e manter viva a tradição dos povos indígenas da região. Por outro lado, a marcação linguística da cidade é basicamente em português e em francês... Em outras palavras, no que diz respeito aos índios da região do Oiapoque, se eles têm seus direitos assegurados pela Funai (terras, escola nas aldeias, hospital), quando fora das aldeias o dinamismo das interações predominantemente em português e francês provoca um apagamento das línguas indígenas.

Certamente a elaboração de uma política linguística deve atender para a realidade dos falantes, em geral para mudar esta realidade. Mas talvez uma política linguística deva ser coerente com outras políticas públicas implementadas em uma mesma região, como a política de preservação da cultura indígena. Só que no caso das línguas preservar significa multiplicar, difundir, valorizar, e não apenas demarcar. A cultura e a língua são um processo cumulativo de conhecimentos e práticas resultante das interações, materiais e não-materiais, entre o homem e o mundo, um processo de transmissão pelo homem, de gerações em gerações, das realizações, produções e manifestações, que ele efetua no meio ambiente e na sociedade, por meio de linguagens, história e educação.

Do lado francês, em Saint Georges, encontramos grupos de índios sentados nos bares da cidade bebendo cerveja, muitos não trabalham e vivem de um salário pago pelo governo francês; as crianças frequentam a escola comum a todos da localidade, tendo o francês como L1. A marcação territorial é muito mais discreta e em francês.

Na prática, a intercompreensão linguística envolvendo o francês, o patuá e o português já é um fenômeno observável em algumas interações cotidianas na região. LLORENS (2006) nos apresenta o seguinte exemplo: em uma escola de Saint Georges há crianças que moram no Oiapoque ou em aldeias vizinhas; elas têm como L1 o português e o *Kheuól* falado pelos Karipunas e pelos Galibi-Marwornos. Para se inserir no contexto social, esses estudantes aprendem o crioulo guianense; aqueles que não falam o português, mas que aprenderam algumas frases na escola do vilarejo, se lançam nas duas línguas: em português e em crioulo. Convém ressaltar que a intercompreensão se opera progressivamente através da dissociação das competências no processo de formação e pela atitude comparativa que se forma a partir da experiência dos falantes no processo de aquisição de uma língua.

O fato de um grande número de entrevistados manifestarem o desejo de aprender o francês ou outras línguas indígenas da região nos leva a creditar que a população já sinaliza os caminhos que desejam para a política linguística da região. Neste sentido, além dos fenômenos de contatos linguísticos próprios das regiões de fronteiras, podemos pensar as línguas de fronteiras sob a ótica das políticas linguísticas, sejam elas *in vivo* ou *in vitro* (Calvet, 2002).

REFERÊNCIAS

- AROUCK, R.. *Brasileiros na Guiana francesa, novas migrações internacionais ou exportação de tensões sociais na Amazônia ?* », in *Lusotopie* pp. 66-78, 2000.
- BOURDIEU, P. *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard. 1982.
- BOURDIEU, P. *Langage et pouvoir symbolique*. Éditions du seuil, 2001
- CASTTELOTI, V.& MOORE, D. *Représentations sociales des langues et enseignement*. Guide pour l'élaboration des politiques linguistiques éducatives em Europe – De la diversité linguistique à l'éducation plurilingüe. Division des politiques linguistiques/Direction de l'éducation scolaire, extra-scolaire et de l'enseignement supérieur. DGIV.Conseil de l'Europe, Strasbourg, 2002

- CALVET. *Le marché aux langues. Les effets linguistiques de la mondialisation*. Plon. 2002.
- JODELET, D. (Ed), *Les représentations sociales*. Paris : PUF. 1989.
- LLORENS, Maria Raimunda Costa. *Didactique des langues frontalières et Intégration Régionale Franco-brésilienne: pour un enseignement Relationnel du portugais en Guyane et du français en Amapá*. DEA/Dissertação. Université des Antilles et de la Guyane/ Universidade Federal do Amapá. Orientadores: Pierre Dumont, Patrick Dahlet e José Carlos Caves da Cunha. 2006.
- TASSINARI, Antonella, *No Bom da festa, O processo de Construção Cultural das Famílias Karipuna do Amapá*, São Paulo, Edusp, 2003.